

INTERNACIONAL

ORIENTE MÉDIO

O “Caminho de Abraão”:
uma rota para o entendimento

Iniciativa de paz para a região se inspira em Santiago de Compostela e quer atrair desenvolvimento

CLAUDIA BOZZO
SÃO PAULO

Refazer o caminho do profeta Abraão, pela Turquia, Síria, Jordânia, Palestina e Israel, em nome de uma iniciativa pela paz e desenvolvimento na região é a meta gerada no Projeto de Negociação Global, da Harvard Law School, — o “Caminho de Abraão” — que se inspirou no Caminho de Santiago de Compostela. “Além de se constituir efetivamente em uma iniciativa pela paz na região, o projeto tem também como proposta o desenvolvimento sustentado das comunidades abrangidas pelo roteiro, com ofertas de microcrédito e implantação do turismo local”, explica um dos grandes entusiastas do projeto, o advogado José Fernando Latorre, Coordenador Executivo do Abraham Path Initiative — Brasil, que será lançada oficialmente no Brasil no dia 18 de junho.

Uma rota que será implantada

aos poucos. “Até o final do ano, os primeiros 60 quilômetros — de Urfa até Harran, na divisa com a Síria — já estarão sendo percorridos”, diz Latorre. “São locais com partes lindíssimas, sem risco para o turista, ele acrescenta. “Até maio de 2008 será inaugurado o trecho da Jordânia, que poderá dar início à atividade turística na área, atraindo a atenção de outros países para o projeto”. O mapeamento, bem como um guia de referência para os viajantes, já estão sendo finalizados.

POPULAÇÃO QUER A PAZ

Segundo Latorre, a proposta visa o desenvolvimento sustentado das comunidades, “muitas vivendo em economias de subsistência, para as quais a injeção de capital na região será um incentivo, com atividades como a instalação de hospedarias, restauro do patrimônio cultural e as atividades de prestação de serviços que acompanham a atividade turística”. O trajeto passa por localidades e regiões onde os moradores não querem mais saber de conflito. Querem a paz, para poder se desenvolver. São locais “onde nós os visitantes, somos recebidos com hospitalidade. Pessoas que não têm mais

que um copo de leite de cabra e pão para oferecer”, diz Latorre, que já percorreu a área.

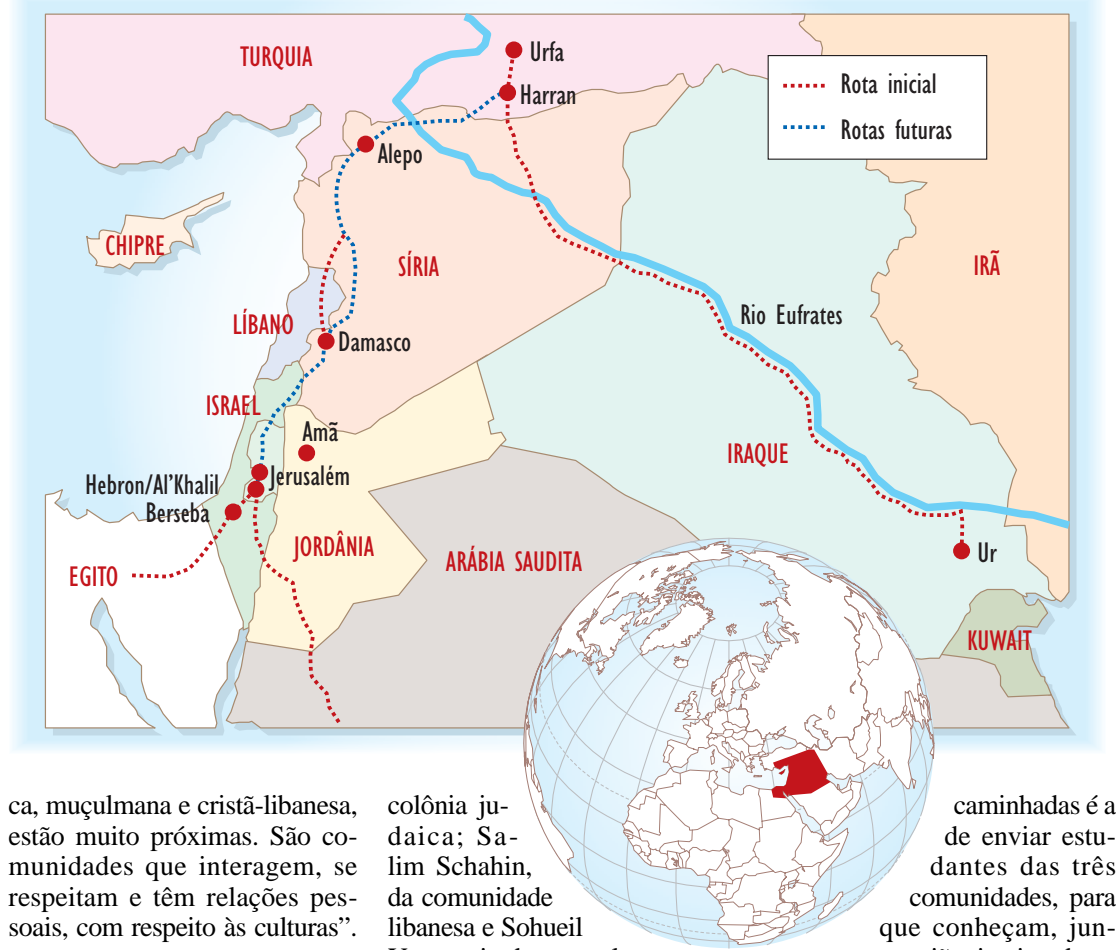
O IDEALIZADOR, WILLIAM URY

Latorre trabalhou em Harvard com o idealizador da iniciativa, o professor William Ury, chefe da cadeira de mediação e negociação. Ury acredita que se deve criar fórmulas de convivência que beneficiem todas as partes envolvidas em conflitos. Embora o Oriente Médio esteja distante desse panorama, a criação do Caminho de Abraão tem como inspirador o pai espiritual de judeus, cristãos e muçulmanos.

Se para céticos, o plano é romântico, para os idealizadores é a possibilidade concreta de criar mais uma ferramenta que derrube as barreiras do medo e falta de compreensão, criando um caminho para as gerações futuras.

No início, o projeto foi rejeitado com certa resistência, por se tratar de uma proposta americana, diz Latorre. Mas com a criação de capítulos internacionais para o projeto, o interesse cresce. No Brasil, a motivação é grande, por dois motivos. Em primeiro lugar, o País, diplomaticamente é neutro em relação ao Oriente Médio, e em segundo, as três diásporas no Brasil — judai-

SEGUINDO OS PASSOS DO PROFETA



ca, muçulmana e cristã-libanesa, estão muito próximas. São comunidades que interagem, se respeitam e têm relações pessoais, com respeito às culturas”.

MOTIVAR A COMUNIDADE

Latorre conta que foi o próprio Ury que o consultou sobre o interesse em motivar essas comunidades. E como ele precisava viajar novamente para o Timor Leste (ver matéria abaixo), deixou a tarefa para um colega de faculdade, Alexandre Shad, cristão libanês, que montou o conselho diretor do projeto aqui no Brasil, do qual fazem parte David Feffer, representante da

colônia judaica; Salim Schahin, da comunidade libanesa e Sohueil Yamouti, da muçulmana e outros três diretores executivos.

“Além do apoio financeiro, o importante é o apoio institucional, para mostrar a interação no Brasil. Vamos promover o turismo, e o intercâmbio, enviando estudantes das três comunidades para fazer o caminho juntos. Queremos também parcerias com representantes dos meios de comunicação, para mostrar a região”. Uma das propostas já en-

caminhadas é a de enviar estudantes das três comunidades, para que conheçam, juntos, a região, inteirando-se sobre o conflito, ao mesmo tempo em que tomam conhecimento de suas raízes religiosas.

Há atividades culturais conjuntas sendo programadas, como apresentação de grupos de músicos das regiões, espetáculos de dança, festivais de arte, culinários e outros. O site da ONG é <http://www.abrahampath.org>.

Comente esta reportagem no portal www.gazetamercantil.com.br

Um advogado em busca de missões possíveis

CLAUDIA BOZZO
SÃO PAULO

Envolver-se em uma iniciativa pela paz no Oriente Médio é o tipo de empreitada que se ajusta ao currículo de José Fernando Latorre, que não é conhecido por fugir de desafios. Advogado formado pela USP, em 1992, trabalhou nas áreas tributária e imobiliária de importantes escritórios de São Paulo e em 1998 foi para os Estados Unidos, onde fez o mestrado em Direito Internacional na American University, de Washington. O curso, voltado para o interesse público e direitos humanos, o influenciou a optar por Direito Internacional voltado para o Desenvolvimento Social.

Em setembro de 1999 foi contratado por uma ONG — International Center not for Profit Law, dedicada à criação de legislação para países em desenvolvimento. Essa atividade lhe trouxe uma visão nova e fascinante do direito, “mostrando que uma lei bem estudada reflete o contexto social de um país e influencia no seu desenvolvimento” (o que lhe foi útil mais tarde, no Timor Leste).

Em setembro de 2000, regressou ao Brasil e montou um departamento de Terceiro Setor no escritório Mattos Filho, com consultoria para empresas interessadas na implantação de projetos sociais. Recebeu então a proposta de uma ONG na Itália, denominada CERFE, que encomendou um estudo comparado sobre legislação para o Terceiro Setor em cinco países (Colômbia, Venezuela, República Dominicana, Costa Rica e Brasil), financiado pelo BID.

Do Brasil, Latorre coordenou o trabalho, montando equipes nesses países, distribuindo ques-

tionários — no Brasil, para mais de cem ONGs. O levantamento mostrou como a legislação do Terceiro Setor ajudava no desenvolvimento das organizações. Trabalho que consumiu oito meses e trouxe resultados que Latorre considera excelentes “embora a tarefa não tenha tido a divulgação merecida”.

MISSÃO NO TIMOR LESTE

Terminada essa etapa, Latorre regressou aos EUA, quando foi

convocado para ir ao Timor Leste, trabalhando pela Usaid, a agência americana de desenvolvimento. A tarefa: estruturar a defensoria pública no Timor, no treinamento dos advogados. “Foi um trabalho de campo muito interessante”, diz ele.

O país, que conquistou sua independência em 2002, possuía um sistema jurídico bastante frágil, o mesmo da Indonésia e segundo Latorre, “como não havia faculdade de

direito no país, os timorenses eram treinados em Bali, onde recebiam tratamento de segunda classe. Esses advogados é que foram escolhidos, após a independência, para atuar como juízes, promotores e defensores públicos. Só que a formação deles era muito fraca, razão pela qual precisaram da orientação de uma consultoria externa”, conta.

EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA

Restabelecer a confiança na defensoria pública foi uma das mais importantes tarefas. “Os timorenses viam os advogados indonésios apenas como as pessoas que faziam pagamentos aos juízes. Aos advogados eram os mensageiros para se chegar até o juiz, pagando para que o tribunal favorecesse a causa. E aqui entrou a criatividade, para reverter a situação”, conta Latorre.

“Fizemos campanhas de rádio, explicando aos timorenses que o sistema estava mudando. O trabalho na defensoria, muito mais que treinar juristas, advogados, foi desenvolver a parte social, de implementar projetos sociais na defensoria pública. Recomendávamos, pelo rádio, à população: ‘Procure um advogado para esclarecer suas dúvidas’. ‘Tem um problema em casa? Procure um advogado, ele é um conselheiro’”.

O processo trouxe resultados, diz Latorre, pois ampliou-se a campanha também para a questão dos direitos da mulher e a violência doméstica. Foram implantados cursos para maridos violentos, pois a prisão deles e o afastamento poderia agravar os problemas, ao impedir o chefe da casa de garantir o sustento da família. Foi uma campanha de educação comunitária, com a

proposta de instalar uma nova mentalidade quanto à atuação da defensoria pública, que incluiu ainda mutirões em cadeias.

Nesse processo, Latorre fez uma imersão na cultura local e aprendeu o tétum, idioma do Timor Leste, onde as línguas oficiais são o português e o tétum. Nessa primeira fase, Latorre passou um ano na defensoria pública, depois no Ministério da Educação, onde elaborou a Lei de Bases da Educação, trabalho para o banco Mundial.

COM A ONU, NO CONGO

Voltou para o Brasil, mas por pouco tempo. Em 2004, foi para o Congo, onde ficou seis meses, trabalhando para a ONU em processos de análise de contratos para o Departamento de Engenharia. A missão da ONU no Congo é a maior no mundo, com cerca de 20 mil pessoas. “Um período difícil, pois o país tem toque de recolher, o ambiente é muito agressivo, e a presença da ONU não é bem recebida pela população local”, conta.

Depois desses seis meses no Congo, Latorre regressou ao Timor, com a tarefa de consultor para o processo eleitoral nos territórios — uma espécie de treinamento para as eleições presidenciais de 2007 e do Congresso, marcadas para o fim do ano. Foram as eleições para escolha dos chefes de Sucus — territórios formados por um grupo de três ou quatro aldeias. Latorre atuou como assessor jurídico do comitê eleitoral, o órgão que fiscaliza as eleições. O conhecimento da legislação e de todo o sistema judiciário, conta, “facilitou muito o trabalho”.

Para uma democracia tão jovem, Latorre considera que o resultado dessas eleições foi bastante positiva, com participação da sociedade — houve pelo me-

nos 100 pedidos de impugnação, mostrando o interesse pela legislação. O voto é obrigatório, e a abstenção foi mínima.

Os resultados dessa eleição mostram também que começam a surgir sinais de mudança na sociedade local. Isso porque os chefes das Sucus são a aristocracia, uma espécie de reis da terra. Apurados os votos, 80% eram chefes tradicionais, mostrando já uma renovação.

De volta a São Paulo, Latorre trabalhou na Transparência Brasil, com Claudio Abramo, em vários projetos, um deles o Disque Denúncia da Prefeitura de São Paulo.

Em março de 2006, Latorre regressou mais uma vez ao Timor Leste, pois recebeu uma proposta para trabalhar na assessoria jurídica do presidente Xanana Gusmão. Ficou de março a outubro daquele ano e vivenciou a rebelião do Exército, ocorrida em maio daquele ano. Uma crise institucional, que na verdade não foi uma tentativa de golpe de Estado, mas sim manifestação de insatisfação de parte do Exército. “No Timor, as instituições são tão frágeis ainda, que no primeiro dia da manifestação, ninguém sabia direito o que os rebeldes queriam ou quem estava no comando”. Só no final do terceiro dia, após choques e tiros entre policiais e soldados do Exército, a chegada das tropas australianas restaurou a ordem. A crise se resolveu com uma manifestação pacífica, o regresso dos soldados ao quartel e a punição dos líderes.

E agora, a tarefa a que ele se propõe é mobilizar a sociedade para implantar o projeto “Caminho de Abraão”, uma proposta de paz e desenvolvimento para o Oriente Médio, que se inspira no caminho traçado pelo profeta reverenciado pelas religiões cristã, muçulmana e judaica.



Do Timor Leste e do Congo, Latorre trouxe importantes referências

REGISTRO

PRODUÇÃO DESACELERA

A produção industrial da zona do euro registrou em maio seu menor ritmo de crescimento do último período de 12 meses, o que sinaliza que a expansão da economia europeia pode ter alcançado um platô. O índice do Royal Bank of Scotland Group, que mede a atividade industrial dos 13 países europeus que adotaram a moeda comum, caiu em maio para 55 pontos, a partir dos 55,4 pontos de abril. Um cômputo superior a 50 pontos indica expansão. Eco-

nomistas previam que o índice, compilado pela NTC Economics, aumentaria para 55,5 pontos.

CASAS CARAS EM LONDRES

O boom do mercado imobiliário residencial de Londres pode estar afastando as quadrilhas de criminosos, que não conseguem mais arcar com o custo de manter “fábricas” de drogas na capital do Reino Unido, disseram autoridades policiais. Um número menor de instalações ilegais para a produção de maconha estão sendo

abertas em Londres, disse na sexta-feira a Autoridade da Polícia Metropolitana da cidade, que fiscaliza o serviço policial do município. Mais de 60% da maconha disponível na capital britânica é cultivada no Reino Unido.

CHINA CONTRA A POLUIÇÃO

O primeiro plano nacional da China para as alterações climáticas buscará fortalecer o país contra os danos do aquecimento global e, ao mesmo tempo, contra as pressões internacionais para a redução

de suas emissões de dióxido de carbono que Beijing considera como parte do custo do desenvolvimento. A China divulgará seu plano nacional nesta segunda-feira. Entretanto, a China “insistirá em responder às alterações climáticas dentro de um padrão de desenvolvimento sustentável”, afirma o texto do encontro no qual foi aprovado o plano.

PUTIN AMEAÇA EUROPA

A Rússia vai novamente apontar seus mísseis para alvos na Europa

caso os planos dos Estados Unidos de construir um escudo de defesa antimísseis perto das fronteiras da Rússia continuarem, afirmou o presidente russo, Vladimir Putin, numa entrevista ao jornal italiano Corriere della Sera, ontem. Putin fez a dura declaração às vésperas do encontro do G8, grupo dos oito países mais ricos do mundo e a Rússia, que acontecerá na Alemanha, em 6 de junho. Na ocasião, ele estará frente a frente com o presidente dos EUA, George W. Bush.

FOME TRAZ PREJUÍZOS À AL

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, classificou ontem o problema da fome infantil como “questão moral” e “preocupação econômica crítica”. Ban fez a afirmação ao apresentar no Panamá o relatório O Custo da Fome — Impacto Econômico e Social da Desnutrição Infantil na América Central e na República Dominicana”. Segundo o estudo, “a desnutrição infantil na América Central e na República Dominicana custou, em 2004, US\$ 6,7 bilhões” aos países da região.